

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS  
– IFSULDEMINAS**

**RDC PRESENCIAL Nº 003/2018**

**MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA. – EPP**, sediada na Avenida dos Holandeses, Quadra 5, nº 2, Edif Marcus Barbosa sala 1023 Calhau, em São Luís-MA, inscrita no CNPJ nº 10.467.906/0001-74, já devidamente qualificada e habilitada nos autos do certame em epígrafe, vem, perante V. Sa., tempestiva e mui respeitosamente, por sua representante, devidamente credenciada nos autos, apresentar **CONTRARRAZÕES** aos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas SOLEN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENERGIA SOLAR LTDA e SICES BRASIL LTDA., ao qual requer a juntada tempestivamente, remetendo-se os autos à autoridade hierarquicamente superior, qual seja o Ilmo. Sr. Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

Requer a atribuição de efeito suspensivo.

Pede deferimento.

São Luís/MA, 05 de Junho de 2019.



**MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA - EPP.**  
**Lina Rosa Menezes da Silveira**  
Advogada OAB/MA nº13.740  
**Representante Credenciada**



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS**

**CONTRARRAZÕES DE RECURSO**

RDC Nº 003/2018 – RETIFICADO II

Processo Nº 23343.001857.2018-07

Recorrentes : SOLEN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENERGIA SOLAR LTDA  
SICES BRASIL LTDA

Recorrido: Reitor do Instituto Federal de Educação Ciência e  
Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS

**Ilustre Reitor,**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto contra a decisão que declarou a empresa Solen Comércio e Serviços de Energia Solar Ltda. inabilitada, e Recurso da empresa SICES BRASIL em virtude da habilitação da empresa MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA EPP no RDC nº 003/2018, Processo nº 23343.001857.2018-07.

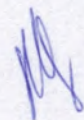
Em que pese os inconformismos das empresas recorrentes, a r. decisão não merece reparos. Senão vejamos.

**DA TEMPESTIVIDADE**

Registra a Licitante MOOVE ENERGIA SOLAR o cabimento das presentes Contrarrazões em consonância com o que dispõe o item 19 do Edital do certame em comento, que dispõe em seus itens 19.1 e 19.1.2, *literis*:

*“19.1. Divulgada a decisão da Comissão, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, a Licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em fase recursal única, nos termos do art. 52, e subsequentes, do Decreto nº 7.581/11.*

...






19.1.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, e começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal;"

Assim, com o início do prazo recursal contando do dia 23/05/2019 (publicação no DOU) e findando-se em 30/05/2019, o prazo para a apresentação das Contrarrazões iniciou-se no dia 30/05/2019.

Considerando que o prazo inicia-se no primeiro dia útil após a ciência, excluindo-se o primeiro dia e incluindo-se o último dia, conforme reza a legislação pátria vigente, o mesmo findar-se-á no dia 06/06/2019 (quinta-feira), sendo, portanto, apresentada TEMPESTIVAMENTE as presentes Contrarrazões aos Recursos Administrativos.

#### **BREVE RELATO DOS FATOS**

O Presidente da Comissão Especial de Licitação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS publicou edital visando a realização de licitação com o objetivo de realizar "Registro de preço para futura e eventual contratação integrada de pessoa jurídica especializada na tecnologia de produção de energia sustentável, para elaboração dos projetos básico e executivo, com fornecimento de materiais e equipamentos, construção, montagem e colocação em operação, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, em módulos de Geradores de Energia Solar Fotovoltaicos em pleno funcionamento, conforme anteprojeto e demais documentos componentes do correspondente processo, destinados a atender ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, que assume a condição de Órgão Gerenciador, bem como aos demais órgãos abaixo listados, na condição de órgãos participantes com a intenção de realizar compra nacional."





A modalidade adotada foi o RDC (Regime Diferenciado de Contratação), sob regime de execução de Contratação integrada, Modo de disputa fechado e Critério de Julgamento de Maior percentual de Desconto.

Na data do dia 28/03/2018 compareceram à sede da Reitoria do IFSULDEMINAS para participar do certame um total de 14 (quatorze) empresas.

Apenas uma empresa não se fez representar, contudo enviou Envelopes de Proposta e Documentação de Habilitação para fins de participação no certame.

A sessão ocorrida no dia 28/03/2019 necessitou estender-se para o dia seguinte, qual seja 29/03/2019, para fins de conclusão dos trabalhos.

Após verificação das Propostas Comerciais contendo os percentuais de desconto ofertados, procedeu-se à abertura e análise da Documentação de Habilitação das empresas que ofertaram os melhores preços (sob forma de percentual de descontos).

Dentre outras ocorrências, restou inabilitada a empresa Solen Comércio e Serviços de Energia Solar Ltda., tendo seu representante apresentado intenção de Recurso na mesma sessão.

Inconformada, a empresa SOLEN interpôs Recurso Administrativo contra a decisão que a inabilitou, enquanto que a empresa SICES interpôs Recurso contra a habilitação das empresas MTEC, GS CONSTRUÇÕES E MOOVE ENERGIA SOLAR.

Alega a empresa SOLEN que, diferentemente do alegado pela Comissão, que não deixou de cumprir os requisitos exigidos no Edital, enquanto que a empresa SICES alega que as empresas ora recorridas, por sua vez, descumpriram com os itens do instrumento convocatório.

Vale ressaltar que a representante da empresa Sices Brasil Ltda. abandonou a sessão ocorrida no dia 28/03/2019, sem registrar qualquer intenção de interposição de Recursos, e da mesma forma também não se fez representar na continuidade do certame na sessão ocorrida no dia 29/03/2019.

Ocorre que os argumentos defendidos pelas empresas Recorrentes não merecem prosperar, cabendo algumas considerações, conforme se verá adiante.



## DO RECURSO DA SOLEN

Em apertada síntese, alega a recorrente que não descumpriu nenhum item do Edital e que a documentação apresentada atende a todas as exigências editalícias, contudo tal afirmação não merece prosperar, conforme se depreende da legislação pátria vigente.

A Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, como bem cita a recorrente em sua peça recursal, em seu artigo 1.179 e seguintes dispõe acerca da obrigação de escrituração dos Livros e do Balanço Patrimonial, *in verbis*:

*"Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.*

*§ 1º Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.*

*§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.*

*Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.*

*Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.*

**Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.**

*Parágrafo único. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios."(GRIFO NOSSO)*

Conforme prevê o artigo 1.181 supratranscrito, os Livros obrigatórios devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis (leia-se: Junta Comercial).



Nesse mesmo sentido, o Decreto-Lei nº 486 de 3 de Março de 1.969, que dispõe acerca da escrituração de livros mercantis é de clareza solar ao tratar acerca da obrigatoriedade de autenticação dos Livros no órgão competente, conforme se extrai do artigo 5º, §2º, que fala expressamente:

*" Art 5º Sem prejuízo de exigências especiais da lei, é obrigatório o uso de livro Diário, encadernado com fôlhas numeradas seguidamente, em que serão lançados, dia a dia, diretamente ou por reprodução, os atos ou operações da atividade mercantil, ou que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial do comerciante.*

*§ 1º O comerciante que empregar escrituração mecanizada, poderá substituir o Diário e os livros facultativos ou auxiliares por fichas seguidamente numeradas, mecânica ou tipograficamente.*

**§ 2º Os Livros ou fichas do Diário deverão conter termos de abertura e de encerramento, e ser submetidos à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.**

*§ 3º Admite-se a escrituração resumida do Diário, por totais que não excedam o período de um mês, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares para registro individuado e conservados os documentos que permitam sua perfeita verificação.*

*Art 6º Os órgãos do Registro do Comércio, fora de suas sedes, atendidas as conveniências do serviço, poderão delegar competência a outra autoridade pública para o preenchimento das formalidades de autenticação previstas neste Decreto-lei." (GRIFOS NOSSOS)*

Vale ressaltar que com o advento do Novo Código Civil, no ano de 2002, deu-se o marco da adoção da Teoria da Empresa no ordenamento jurídico pátrio em sede de direito societário, e que conferiu a mesma definição ao comerciante e ao empresário.

Daí a razão pela qual o item 17.4.2 do Edital, ao tratar da exigência de apresentação do Balanço Patrimonial **na forma da lei**, para fins de qualificação Econômico-Financeira, exige a apresentação de Balanço Patrimonial devidamente



registrado no órgão competente, por ser essa a "forma legal" de apresentação do Balanço Patrimonial.

Em tempo, urge esclarecer que o SPED Contábil é apenas mais uma forma de escrituração contábil que pode ser utilizada pela empresa e que sua apresentação supriria a apresentação do Balanço Patrimonial registrado fisicamente na Junta Comercial para determinadas situações.

Isto posto, **não** há que se falar em reconsideração da habilitação da empresa SOLEN, uma vez que a mesma foi devida e corretamente inabilitada para o presente certame.

### **DO RECURSO DA SICES**

A empresa SICES BRASIL LTDA. interpôs Recurso Administrativo alegando, dentre outras questões, que a empresa MOOVE ENERGIA SOLAR apresentou aparelhos em desconformidade com o Termo de Referência e que a mesma empresa não possui disponibilidade financeira conforme declarações acostadas à Documentação de Habilitação.

Conforme se verá, não assiste qualquer razão à empresa recorrente.

### **DA PRECLUSÃO DO DIREITO DE RECORRER**

A empresa SICES BRASIL, no ato do credenciamento, se fez representar por representante que foi devidamente credenciada junto à Comissão de Licitação para o presente certame.

Ocorrida a fase de abertura das Propostas e oferta de lances seguida da abertura da documentação de Habilitação das empresas que apresentaram as melhores Propostas na sessão do dia 28/03/2019, conforme consta da Ata da sessão pública, alguns licitantes **se ausentaram sem manifestar intenção de recurso**, a exemplo da representante da ora recorrente.





No dia 29/03/2019, às 9:00hs ocorreu a continuidade da sessão pública, quando aconteceu a abertura dos envelopes contendo a documentação de Habilitação das demais empresas e da MOOVE ENERGIA SOLAR, que foi devidamente habilitada.

Ocorre que em nenhuma das duas sessões a empresa SICES BRASIL registra intenção de Recurso, conforme se depreende das Atas das Sessões Públicas veiculadas no site oficial do Ifsuldeminas.

A empresa SICES BRASIL retorna ao certame apenas e tão somente em sessão de divulgação de Resultado acerca do recebimento das Propostas Comerciais devidamente adequadas aos lances ofertados, oportunidade em que REGISTRA INTENÇÃO DE RECURSO.

A norma editalícia, ao dispor acerca da interposição de Recursos, em consonância com a Legislação pátria aplicável ao caso, estabelece em seu item 19.1, a seguir elencado:

*"19.1. Divulgada a decisão da Comissão, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, a Licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em fase recursal única, nos termos do art. 52, e subsequentes, do Decreto nº 7.581/11.*

*19.1.1. A Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação **deverá manifestar imediatamente na Sessão Pública**, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão;" (GRIFOS NO ORIGINAL)*

Conforme se depreende das Atas das Sessões Públicas, a empresa SICES BRASIL não registrou intenção de Recorrer da Habilitação da empresa MOOVE ENERGIA SOLAR na sessão em que esta empresa foi julgada habilitada, qual seja a sessão ocorrida no dia 29/03/2019, mesma reunião em que a sua representante, muito embora devidamente credenciada para o certame, não se fez presente, retornando apenas e tão somente na sessão realizada no dia 10/04/2019, quando da divulgação do resultado referente à adequação das Propostas.



Assim sendo, como EXPRESSAMENTE discorre a regra contido no edital, ocorreu a PRECLUSÃO ao seu direito de interposição de recurso, razão pela qual REQUER que o recurso interposto pela empresa SICES BRASIL não seja conhecido, muito menos provido.

Contudo, na EVENTUALIDADE de entender esta douta Comissão de maneira diversa, a empresa MOOVE ENERGIA SOLAR passa a elucidar os fatos aduzidos pela recorrente.

### **DA RELAÇÃO DE COMPROMISSOS DA MOOVE**

A empresa MOOVE ENERGIA SOLAR venceu licitação na modalidade Pregão Eletrônico (Pregão nº 078/2018), para REGISTRO DE PREÇOS, visando os serviços de elaboração de Projeto e Instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica (semelhantes ao objeto da presente licitação), junto à Universidade Federal do Espírito Santos – UFES.

A Ata de Registro de Preços nº 016/2018 de fato possui valor total de R\$ 31.391.325,00 (trinta e um milhões trezentos e noventa e um mil trezentos e vinte e cinco reais), contudo o valor DE FATO CONTRATADO com a Moove, até o presente momento, foi de apenas R\$ 18.091.325,00 (dezoito milhões noventa e um mil trezentos e vinte e cinco reais), que se refere ao Contrato nº 7/2019, conforme corretamente Declarado pela licitante nos documentos acostados em sua Habilitação. (Ressalte-se que, conforme estipulado no Edital do Pregão nº 078/2018, a Ata de Registro de Preços oriunda da licitação não aceita adesões.)

Acontece que, para fins de Registro junto ao Portal da Transparência, a UFES, equivocadamente, acabou por registrar o valor total da ATA de Registro de Preços, e não do valor que fora de fato contratado.

Insta frisar que tal correção já foi devidamente ordenada pelo setor competente da UFES, de acordo com a correspondência e documentos que seguem em anexo, de onde se vê que o valor efetivamente contratado corresponde ao total declarado por esta empresa licitante.



Para todos os fins, seguem em anexo cópia integral do Contrato nº 07/2019 e da Ordem de Serviços originada, que contém os valores contratados expressos, com o intuito de elucidar quaisquer dúvidas acerca desta questão.

## DOS EQUIPAMENTOS OFERTADOS

Sucintamente, alega a empresa SICES BRASIL que os equipamentos apresentados pela licitante MOOVE ENERGIA SOLAR estariam em desconformidade com o Termo de Referência, uma vez que o Módulo ofertado possui coeficiente de temperatura diversa da constante das referências editalícias, e que o Inversor possui tensão menor que a tensão de referência.

Não assiste razão à pretensa Recorrente, conforme se verá a seguir.

### a) DOS MÓDULOS

Acerca dos Módulos Fotovoltaicos, em consonância com o Anexo I – Anteprojeto, item 7, rezam as referências editalícias, *in verbis*:

#### **"7. Módulos fotovoltaicos.**

A central é constituída por módulos fotovoltaicos, cuja função na instalação é a de converter parte de energia contida na radiação solar, diretamente, em energia elétrica. Os módulos deverão apresentar no mínimo as seguintes características:

##### **7.1. Características específicas:**

**Células de Silício policristalino com potência (mínima) de 330 watts.**

Dimensão das células: 156 x 156 mm;

72 células por módulo (6 x 12);

Dimensões: 1960 x 992 x 40 mm;

Peso: 22,4 kg;

Características elétricas:

$P_{máx} = 330 \text{ W}$

$V_{mp} \geq 37,1 \text{ V}$

$I_{mp} \geq 8,86 \text{ A}$

$V_{oc} \geq 44,5 \text{ V}$

$I_{sc} \geq 9,35 \text{ A}$

rendimento  $\geq 16,5\%$

Coeficiente de temperatura à potência máxima:  $\leq -0,41\%/^{\circ}\text{C}$

Frontal de vidro temperado de 3,2 mm de elevada transmitividade.



*Quadro de liga de alumínio anodizado, resistente à corrosão."*

Segundo a empresa recorrente, o equipamento ofertado pela empresa MOOVE ENERGIA SOLAR está diverso do que estabelece a norma, porém verifica-se que das referências colacionadas constam sinais matemáticos, que, para melhor compreensão vamos retirar e discorrer por extenso, de modo que onde consta:

*"Coeficiente de temperatura à potência máxima:  $\leq -0,41\%/^{\circ}\text{C}$ "*

Leia-se:

"Coeficiente de temperatura à potência máxima **MENOR** OU IGUAL A **MENOS** zero vírgula quarenta e um por cento por grau Celsius"

O equipamento apresentado pela empresa MOOVE ENERGIA SOLAR apresenta coeficiente de temperatura à potência máxima igual a  $-0,43\%/^{\circ}\text{C}$  (leia-se: **MENOS** zero vírgula quarenta e três por cento por grau Celsius), cumprindo integralmente as exigências editalícias.

Explica-se!

Necessário verificar que, pelas normas matemáticas, quando há uma referência negativa, quanto maior for o número menor ele será, de modo que  $-0,41$  (menos zero vírgula quarenta e um) É MAIOR que  $-0,43$  (menos zero vírgula quarenta e três).

Enfatiza-se que a norma apenas dita um padrão de referência, utilizando-se de sinais, de modo que a temperatura pretendida deve ser MENOR OU IGUAL ao valor de referência, onde não serão aceitos temperaturas maiores, não fala que existirá uma única temperatura a ser aceita.

Além disso, cabe ressaltar que o edital fala em fornecimento de um sistema com 56 painéis de 330Wp, o que totaliz 18.480 Wp de potência. A empresa MOOVE ENERGIA SOLAR apresenta equipamento composto por 56 painéis de 335wp, totalizando 18.760 Wp, ou seja uma potência 280Wp maior, o que implica em uma maior geração de energia.

Há ainda outros fatores importantes a serem analisados sobre o painel, quais sejam:





- quanto à eficiência do inversor ofertado, o edital estabelece um fator de eficiência ou rendimento maior ou igual a 16,5%, nesse sentido o painel proposto da BYD tem uma eficiência de 16,95%.

- quanto ao numero de células do painel, o edital estabelece um painel com 72 células, célula inteira, o painel proposto da BYD tem 144 células, do tipo half-cell, uma tecnologia mais moderna e mais eficiente.

Desta feita, observa-se que as especificações dos módulos apresentados atendem em sua totalidade os requisitos mínimos exigidos para a licitação, não cabendo qualquer razão à empresa recorrente em suas alegações.

#### **b) DO INVERSOR**

No tocante à alegação de que o Inversor ofertado possui tensão menor que a especificada no Edital, passamos a esclarecer.

Foram apresentados os Inversores da marca GOODWE 15kw LVDT (127/220V), que possui 800V de tensão máxima CC ou GOODWE 15kw SDT (220/380V), que possui 1.000V de tensão máxima CC.

Analisando o datasheet do modelo 15kw LVDT (127/220V), não existe necessidade para se usar strings de 1000v nesse inversor, o mesmo possui 2 MPPTs, e 6 entradas CC no total.

O ideal nesse inversor seria colocar 4 strings de 15 módulos (330w), totalizando 19,8kW.

A tensão das strings ficaria em ~690Vdc, bem abaixo dos 1.000V.

Fazendo um comparativo técnico com o datasheet de uma outra marca, equipamento apresentado por algumas licitantes, que possivelmente pode ter a linha servido de base para a elaboração do termo de referência do presente edital, podemos enumerar algumas desvantagens daquele inversor frente ao equipamento da GOODWE, que elencamos, dentre outras:

- 1- Tem apenas 1 MPPT, ou seja o sistema em geral terá menos eficiência
- 2- Não possui DPS CC integrado



- 3- Não possui proteção de polaridade reversa das strings
- 4- Não possui proteção de sobrecorrente de saída
- 5- Não possui proteção de sobretensão de saída
- 6- Maior e mais pesado que o GoodWe
- 7- Distorção harmônica (THDi) maior que o da GoodWe, Fronius <3,5%, GoodWe <3%
- 8- Eficiência Máxima e Eficiência Euro inferior ao GoodWe (Fronius Máx 97.3 %, GoodWe 98.4%)
- 9- Tensão Nominal de Entrada CC Fronius 325V, GOODWE 250V, quanto menor a Tensão de partida, mais cedo o inversor começa a operar e mais horas por dia ele estará gerando energia ao longo da sua vida útil.

A tensão nominal de entrada CC é onde o inversor irá trabalhar com a maior eficiência. De nada adianta possuir um equipamento que suporte 1000v, quando a tensão nominal de partida é de 350v.

Por fim, o inversor GOODWE 15kw SDT (220/380V), que possui 1.000V de tensão máxima CC, também poderá ser utilizado com o uso do autotrafo em locais onde a tensão da rede e' 127/220V, porém essa é uma solução menos eficiente, pois existirão as perdas nos enrolamentos do autotransformador, além de possuir mais um elemento no sistema passível de falhas.

Assim sendo, de acordo com todas as informações supracitadas, constata-se que não assiste qualquer razão ao pleito da empresa SICES BRASIL, de modo que deve a decisão recorrida prevalecer sobre qualquer outra.

### DA CONCLUSÃO

Isto posto, é de clareza solar que toda a documentação apresentada pela empresa **MOOVE ENERGIA SOLAR** encontra-se em estrita consonância com o que ditam as normas legais, tendo cumprido fielmente todas as condições





estabelecidas no Edital do RDC nº 003/2018 – Retificado II para todas as fases da licitação.

Por todo o exposto, REQUER a V.Sa. que:

a) Não seja conhecido o Recurso protocolado pela empresa SICES

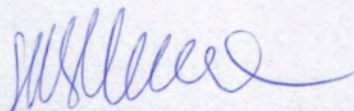
BRASIL;

B) que seja negado provimento aos Recursos Administrativos protocolados pelas empresas SOLEN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENERGIA SOLAR LTDA e SICES BRASIL LTDA., mantendo a decisão que inabilitou a empresa SOLEN, e confirmando a Habilitação da empresa **MOOVE ENERGIA SOLAR**, declarando-a vencedora dos itens 1,2, 4 e 5 nos autos do RDC nº 003/2018, por ser medida de lúdima e ímpoluta Justiça.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

São Luís/MA, 05 de Junho de 2019.



**MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA. – EPP**

**Lina Rosa Menezes da Silveira**

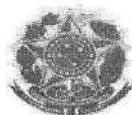
Advogada OAB/MA 13.740

**Representante Credenciada**

**Seguem em anexo:**

- Contrato nº 07/2019 celebrado entre a Moove e a UFES;
- Ordem de Serviços referente ao Contrato nº 07/2019;
- E-mails trocados com representantes da UFES
- Documento que comprova alteração requisitada pela UFES





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

**TERMO DE CONTRATO N.º 07/2019  
CELEBRADO ENTRE A UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO E A  
MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA.**

**PROCESSO: 23068.044202/2018-11**

**CONTRATANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**, com sede na avenida Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras – Vitória/ES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.479.123/0001-43, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. **Reinaldo Centoducatte**, reconduzido ao cargo pelo Decreto Presidencial de 11 de março de 2016, publicado no DOU de 14 de março de 2016, inscrito no CPF/MF sob o nº 616.006.107-06 e portador da Carteira de Identidade nº 244.493 – SSP/ES.

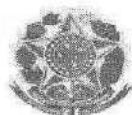
**CONTRATADA: MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.467.906/0001-74, localizada na avenida dos Holandeses, Bairro Calhau – São Luiz do Maranhão/MA, CEP 65.071-380, representada neste ato pela Sr. **Marcelo Oliveira Orrico**, portador da Cédula de Identidade n.º 906075114, emitida pela SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o n.º 821.655.995-04, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo nº 23068.044202/2018-11, decorrente do pregão eletrônico para registro de preços nº 078/2018, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**1. OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica ONGRID (Sistemas Conectados à Rede), compreendendo a elaboração do projeto, a aprovação deste junto à concessionária de energia local, o fornecimento de todos os equipamentos e materiais, a instalação, a efetivação do acesso junto à concessionária de energia, o treinamento, manutenção e suporte técnico.
- 1.2. Locais das instalações: Coberturas das edificações existentes nos campi universitários Alaor de Queiroz Araújo (Goiabeiras, Vitória-ES) e Thomaz Tommasi (Maruípe, Vitória-ES) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

Item	Descrição	Unid.	Quant. Contratada	Valor Unitário (R\$/kWp)	Valor Total do Contrato
1	Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica ONGRID	kWp	5.441	R\$ 3.325,00	R\$ 18.091.325,00

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Atualmente, o fornecimento de energia elétrica na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é adquirido diretamente da concessionária local (EDP Escelsa), sendo que o custo com a mesma vem aumentando significativamente ao longo dos últimos 10 anos, seja por implementação de novos ambientes climatizados, aumento do valor de mercado deste insumo ou por novas edificações construídas.
- 2.2. Anualmente o gasto é de 12 milhões de reais com o pagamento das faturas de energia elétrica, fazendo com que esta seja a segunda maior despesa de custeio da Universidade.
- 2.3. Com a aquisição dos Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica On-Grid pretende-se reduzir o gasto anual com o pagamento das faturas de energia elétrica, fazendo com que seja possível a utilização da economia gerada por este investimento, em outras áreas estratégicas. Além disto, criar um novo campo de estudo para a comunidade acadêmica da UFES.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 4. DA VIGÊNCIA

- 4.1. A vigência do Contrato será de 12 meses, a partir do dia 07 de Dezembro de 2018 (data da assinatura da ata nº 016/2018).

## 5. DO PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 18.091.325,00 ( dezoito milhões, noventa e um mil, trezentos e vinte e cinco reais).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

## 6. DATAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. Gestão/ Unidade: 153046  
Empenho: 2018NE803388

## 7. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

7.1.1. Não há restrição de horário para execução dos serviços objeto do presente contrato, todavia deverão ser observadas as leis e posturas municipais para a realização dos serviços, bem como solicitar autorização do fiscal do contrato caso o serviço seja executado fora do horário de funcionamento da UFES.

## 8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. Os prazos de garantia dos materiais, equipamentos e serviços serão os seguintes, contados da data de emissão do “Termo de Recebimento Definitivo” de cada instalação, sem prejuízo dos prazos preconizados nos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor.

8.1.1. Módulos fotovoltaicos: Nível máximo de degradação da potência de 10% durante o período de garantia, que deverá ser de, no mínimo, 10 anos.

8.1.2. Inversores: mínimo de 10 anos.

8.1.3. Cabos expostos ao tempo: mínimo de 5 anos.

8.1.4. Demais componentes eletroeletrônicos: mínimo de 3 anos.

8.1.5. Instalação e serviços de engenharia: mínimo de 5 anos.

- 8.2. A descrição das características técnicas dos equipamentos relacionados acima está detalhada no Anexo I deste Termo de Referência.

- 8.3. Conforme a necessidade, a UFES poderá determinar a realização de serviços em horário específico, devendo a licitante considerar em sua proposta a realização dos serviços em finais de semana e feriados.

## 9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

9.1.1. Tempo de entrega dos serviços conforme descrito no item 10 do termo de referência anexo ao edital do pregão eletrônico nº 078/2018;

9.1.2. Verificação dos resultados de produtividade conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR), Anexo II do termo de referência anexo ao edital do pregão eletrônico nº 078/2018.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente bancária até o décimo dia útil a contar da data da entrega do documento fiscal correspondente à medição realizada pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.
- 10.2. O documento fiscal referido no item 10.1 deverá discriminar os valores relativos a material e a mão de obra referentes aos serviços efetivamente executados, mais os descontos fazendários ou previdenciários cabíveis e somente será recebido pela fiscalização se estiver em conformidade com a planilha de medição dos serviços elaborada pela Fiscalização.
- 10.3. Os pagamentos serão efetuados conforme a conclusão das etapas do cronograma, conforme apresentado na tabela abaixo, não sendo concedidos adiantamentos nem desdobramentos de faturas, todavia, no estrito interesse da Administração e de acordo com a sua conveniência, poderão ser medidos serviços para emissão das respectivas notas fiscais, em período inferior aos previstos na tabela abaixo.

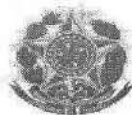
Etapas	Percentual a ser pago
Projeto Executivo aprovado	5%
Fornecimento dos equipamentos e materiais	60%
Instalação	15%
Comissionamento	10%
Colocação em produção (entrada em compensação)	10%

## 11. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 11.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 11.1.1. A licitante assume a responsabilidade por todas as adequações necessárias para permitir a instalação do sistema nas edificações da UFES, excetuando-se as situações de necessidade de reforço estrutural na cobertura e adequação da entrada de energia ao padrão da concessionária de energia, que ficarão a cargo da UFES.
- 11.1.2. A licitante assume a responsabilidade pelo correto acesso às coberturas das edificações utilizando de preferência plataformas pantográficas, de modo a facilitar e agilizar o acesso da sua equipe técnica e da fiscalização da UFES e o transporte de equipamentos e materiais, estando em conformidade com a legislação vigente (ex. NR-35).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

## 12. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A execução dos serviços será iniciada cinco dias úteis após o recebimento de cada Ordem de Serviço expedida pela contratada.

12.2. O prazo total de execução de cada instalação contratada será de 120 dias, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, expedida pela Prefeitura Universitária, devendo ser seguido o cronograma abaixo:

Etapas	Prazo
Projeto Executivo	14 dias
Fornecimento dos equipamentos e materiais	85 dias
Instalação	14 dias
Comissionamento	7 dias

12.3. Eventuais solicitações de prorrogação de prazo somente serão admitidas se presente alguma das hipóteses previstas no § 1.º do art. 57 da Lei 8.666/1993.

12.4. O não cumprimento por parte da concessionária de energia dos prazos constantes na Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), justificará a concessão de prorrogações de prazo por parte da UFES.

12.5. Os requerimentos de prorrogação de prazo para execução das obras deverão ser encaminhados, devidamente justificados e acompanhados dos documentos comprobatórios das alegações apresentadas, ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 15 dias do prazo final para cumprimento da respectiva obrigação.

12.6. Como condição obrigatória para o início da execução dos serviços, a contratada deverá apresentar, até o décimo dia após a emissão de cada Ordem de Início dos Serviços:

12.6.1. Garantia contratual, nos termos estabelecidos no Edital;

12.6.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pela execução da obra, onde deverá constar nome, título e número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

12.6.3. Indicação do Mestre de Obras, Encarregado, Técnico de Edificações ou Coordenador dos Serviços;

12.6.4. Comprovação de vínculo profissional com a Contratada dos profissionais indicados nos subitens 10.6.2 e 10.6.3 acima.

## 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme especificações contidas neste Termo de Referência;
- 13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 13.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 13.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 13.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 13.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 13.10. Exigir da Contratada que providencie como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 13.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - 13.10.2. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
  - 13.10.3. a reparação dos danos causados pela execução dos serviços, como por exemplo cobertura da edificação danificada, entre outros.

#### 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

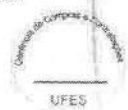
- 14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

- 14.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 14.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 14.7. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 14.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 14.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 14.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 14.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 14.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 14.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 14.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

- 14.18. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 14.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 14.20. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 14.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 14.22. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 14.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 14.24. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.25. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 14.26. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 14.27. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 14.28. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 14.29. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 14.30. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5/2017:
- 14.30.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 14.30.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na

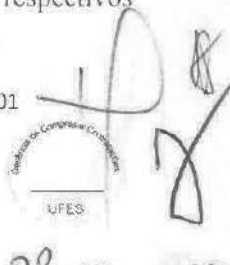




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

- 14.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 14.32. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.33. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 14.34. Elaborar o Diário de Serviço, incluindo diariamente, pelo preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 14.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.
- 14.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 14.37. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 14.37.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 14.37.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

14.37.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

14.37.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 12010, nos seguintes termos:

14.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.38.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

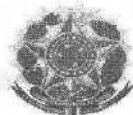
14.38.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

14.38.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.38.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

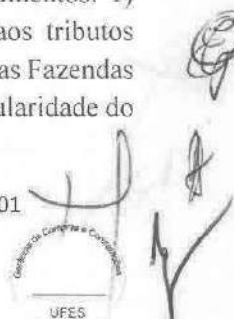
14.38.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.39. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

- 14.40. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 14.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 14.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 14.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 14.41.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 14.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local da execução do serviço.
- 14.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.
- 14.44. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

- 14.45. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 14.46. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 14.47. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## 15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de 0% e 20%, respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 15.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (módulos fotovoltaicos e inversores).
- 15.2. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
- 15.2.1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 15.2.2. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 15.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 17. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 17.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 17.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
- 17.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 17.5.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 17.5.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 17.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 17.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 17.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 17.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

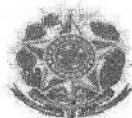
excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 17.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 17.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 17.13. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 17.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.18. O Gestor do Contrato será o servidor Francisco Caniçali Primo, SIAPE 2733719, CPF 082.664.237-33.
- 17.19. Os Fiscais do Contrato serão os servidores Felipe Demuner Magalhães, SIAPE 1991204, CPF 100.768.307-48 e Eduardo Godoy Pignaton, SIAPE 3027753, CPF 121.234.327-17.

## 18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 18.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das

D. Demuner Magalhães



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

18.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

18.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

18.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

18.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

18.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

18.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

- 19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e
- 19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

3

8 2

D. Pompeu Mayer

✓

UFES

8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2;

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:


- 19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

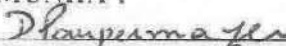
E, por estarem justos e contratados, depois de lido e achados conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo de Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, e arquivado na UFES, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Vitória/ES, em 11 de fevereiro de 2019.

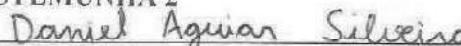
  
REINALDO CENTODUCATTE  
Reitor da UFES

  
MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA  
Marcelo Oliveira Orrico

TESTEMUNHA 1

  
NOME: Daniel Campos Pompermayer  
CPF: 151.426.423-63

TESTEMUNHA 2

  
NOME: Daniel Aguiar Silveira  
CPF: 053.568.113-57



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Pró-Reitoria de Administração  
Gerência de Compras e Contratações

FELIPE DEMUNER MAGALHÃES

SIAPÉ: 1991204

CPF: 100.768.307-48

Fiscal

EDUARDO GODOY PIGNATON

SIAPÉ: 3027753

CPF: 121.234.327-17

Fiscal

FRANCISCO CANIÇALI PRIMO

SIAPÉ: 2733719

CPF: 082.664.237-33

Gestor

D. Pompeu Mayer







UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

## ORDEM DE SERVIÇOS Nº 03/2019 – PU/ UFES

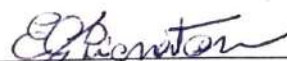
### 01 – DADOS GERAIS

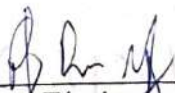
- 1.1 – Nº do Processo : 23068.044202/2018-11  
1.2 – Empresa contratada : MOOVE Energia Solar LTDA  
1.3 – Obra/Serviço : Contratação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica ONGRID.  
1.4 – Tipo de Licitação : Registro de Preços nº 016/2018  
1.5 – Prazo execução : 120(cento e vinte) dias.  
1.6 – Vigência : 12 (doze) meses.  
1.7 – Nº do Empenho : 2018NE803388.  
1.8 – Valor do Contrato : R\$ 18.091.325,00 (Dezoito milhões, noventa e um mil, trezentos e vinte e cinco reais)  
1.9 – Fiscais Técnicos : Eduardo Godoy Pignaton e Felipe Demuner Magalhães

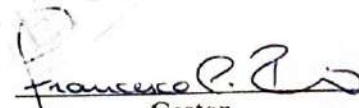
### 02 – AUTORIZAÇÃO

Com embasamento nos termos técnicos e legais constantes da Proposta formulada pela Empresa qualificada nos autos, citada no item 1.2 deste documento, AUTORIZAMOS a mesma, a iniciar a execução dos serviços discriminados no item 1.3, que observando as condições jurídico-administrativas implícitas no processo, compromete-se ao fiel cumprimento de todos os seus atos.

Vitória (ES), 11 de fevereiro de 2019.

  
Fiscal Técnico  
Eduardo Godoy Pignaton

  
Fiscal Técnico  
Felipe Demuner Magalhães

  
Gestor  
Francisco Caniçali Primo

Pesquisar

agem

Responder Excluir Arquivo Morto Lixo Eletrônico Limpar Mover para Categorizar

↑ ↓ ×

## Re: ESCLARECIMENTO CONTRATO Nº 07/2019

Em 31.05.2019 13:39, Lina Rosa Silveira escreveu:

Prezada,

Boa Tarde,

A empresa **MOOVE ENERGIA SOLAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.467.906/0001-74, com sede à Av. dos Holandeses, QD 5, N 2, Edif. Marcus Barbosa, Sala 1023, Calhau - São Luis/MA, e que possui junto à **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES** vigente a **Ata de Registro de Preços nº 016/2018**, proveniente do Pregão Eletrônico nº 078/2018, que originou o Contrato nº 07/2019, diante das divergências encontradas no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/contratos/consulta?paginaçãoSimples=false&tamanhoPagina=&offset=&direçãoOrdenação=asc&fornecedor=40423563&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CdataAssinatura%2CdataPublicaçãoDOU%2CdataInicioVigência%2CdataFimVigência%2CorgãoSuperior%2CorgãoEntidadeVinculado%2CunidadeGestora%2CformaContratação%2CgrupoObjetoContratação%2CnumeroContrato%2CnomeFornecedor%2CcnpjFornecedor%2Csituação%2CvalorContratado>), vem solicitar **ESCLARECIMENTOS**, conforme segue:

1. Qual a razão de constar no site do Portal da Transparência como Contratado o valor de R\$ 31.391.325,00 (trinta e um milhões trezentos e noventa e um mil trezentos e vinte e cinco reais), referente ao Contrato nº 07/2019 quando o Contrato nº 07/2019 tem, NA REALIDADE valor Contratado de R\$ 18.091.325,00 (dezoito milhões noventa e um mil trezentos e vinte e cinco reais)?
2. A UFES já possui a diferença dos valores constantes no Portal da Transparência e do Valor que consta no Contrato nº 07/2019 e Ordem de Serviços nº 03/2019 - PU/UFES efetivamente EMPENHADOS em favor da empresa **MOOVE ENERGIA SOLAR EPP** (CNPJ nº 10.467.906/0001-74)?
3. No caso afirmativo da resposta ao item "b", qual a previsão de CONTRATAÇÃO para a diferença dos serviços?

Outrossim, vem informar que necessita das respostas às perguntas supra elaboradas, **COM URGÊNCIA**, para anexar junto às Contrarrazões de Recurso do RDC nº 003/2018 realizado pelo IFSULDEMINAS, onde a empresa **MOOVE ENERGIA SOLAR** declarou, na condição de Licitante, possuir contrato vigente com a UFES no valor de R\$ R\$ 18.091.325,00 (dezoito milhões noventa e um mil trezentos e vinte e cinco reais) por ser expressão da Verdade.

Atenciosamente,

**Lina Rosa Menezes da Silveira**  
Advogada OAB/MA 13.740



Pesquisar

agem

↩ Responder
✕
🗑 Excluir
📁 Arquivo Morto
🗑 Lixo Eletrônico
↻ Limpar
📁 Mover para
📁 Categorizar
⋮

↑
↓
✕

## Re: ESCLARECIMENTO CONTRATO Nº 07/2019



Debora Cristina da Silva Pereira <debora.s.pereira@ufes.br>

Ter, 04/06/2019 16:38

Você

↩
↶
↷
⋮


 Doc1.pdf  
 87 KB

Prezada Lina,

Verificamos as informações que vocês nos enviaram, e identificamos que a publicação foi realizada considerando o valor global da Ata 016/2018, ou seja, R\$31.391.325,00.

Conforme pode ser verificado em anexo, já realizamos a alteração no Sistema SINCON, e estamos providenciando o apostilamento do contrato com o valor correto de R\$18.091.325,00.

Atenciosamente,

Débora Pereira

Secretária Executiva

Siape 1116806

Em 31.05.2019 13:39, Lina Rosa Silveira escreveu:

Prezada,

Boa Tarde.

A empresa **MOOVE ENERGIA SOLAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.467.906/0001-74, com sede à Av. dos Holandeses, QD 5, N 2, Edif. Marcus Barbosa, Sala 1023, Calhau – São Luis/MA, e que possui junto à **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES** vigente a **Ata de Registro de Preços nº 016/2018**, proveniente

Office  
os  
look



SIASG,SICON,CONTRATO,CONCONT ( CONSULTA CONTRATO )

DATA: 04/06/2019

HORA: 15:00:01

USUARIO: CARLOS EDUARDO

UASG : 153046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES

NUMERO DO PROCESSO : 23068044202201811

CONTRATO NUMERO 00007/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993

CNPJ/CPF CONTRATADO: 10467906/0001-74

Contratado : MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ DO CONTRATANTE: 32479123/0001-43

Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO -  
SANTO

QT PESSOAL :

VALOR GLOBAL : 18.091.325,00

VALOR PARCELA:

EXEC. SERVICO :

EX. CONTINUA : NAO

DT. VIGENCIA : 07/12/2018 a 07/12/2019

DATA ASSINATURA: 07/12/2018

PF3=SAI PF4=ITENS CONTRATADOS PF12=RETORNA

MA + a

01/001